

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
APTA Regional/URPD - Piracicaba	Vera Lúcia Pimentel Salazar (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Adriana Roberta Candido (S)
	Renato Garofalo (S)
	Thais Regina Vicente (S)
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CODEN	Caroline Mayara Pessoa (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
	João Batista de Souza (S)
DAE Jundiaí	Ana Paula Maria Regra (S)
DAEV S.A	Daniel Maeda (T)
	Pedro Ferreira Steola (S)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
	Michele Consolmagno (S)
IPEL	Willian Barroso (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M de Campinas	Juliano Braga (T)
	Gabriel Dias Mangolini Neves (S)
P.M. de Charqueada	Luis Alberto Basso (T)
P.M. de Cordeirópolis	Stephanie F. Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Itatiba	Lucas Marino Vivot (S)
P.M de Jarinu	Ana Loren Lopes (S)
P.M. de Limeira	Maicon Diego Grella (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de São Pedro	Paula Gonçalves da Fonseca e Sousa (T)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
	Leandro Garcia da Costa (S)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SANASA	Adriana Roberta Candido (S)
	Renato Garofalo (S)

	Thais Regina Vicente (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SEMIL/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
TNC	Henrique Bracale (T)
UNESP IGCE	Beatriz Leonardo da Silva (S)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
Associação Ambientalista Copaíba	
Cia. De Saneamento de Jundiaí	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
Diretoria de Ensino de Bragança	
Elo Ambiental	
Fundação Florestal	
IPT	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Itupeva	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Torrinha	
P.M. de Várzea Paulista	
SAEAN	
SIMBiOSE	

Membros ausentes com justificativa	
Entidades	
P.M. de Salto	
P.M. de Vinhedo	
SABESP	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrin
	Camila Souza
	Felipe Requena
	Gabriela Giusti
	Jaqueline Costa
	Kaique Barretto
	Luclecia Soares
	Nathalia Teles da S. Corá
	Patricia Barufaldi
	Taina Moura
FUNDAG	Rinaldo Calheiros
Maluna Soluções Ambientais	Rafaela Giusti Rossi
SAAE Salto	Vanessa Kuhl

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

sem registro de entidade	Patrisia Rodrigues
--------------------------	--------------------

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 16 de abril de 2025. **2. Abertura da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA) e coordenador da CT-Mananciais que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, o Sr. João Demarchi consultou os membros se poderia antecipar o item 4 da pauta, em razão do horário da palestrante. Não havendo manifestações contrárias, a pauta da reunião ficou da seguinte forma: 1. Abertura; 2. Apresentação dos estudos e serviços executados da Represa do Pirai – Salto (CONIRPI); 3. Informes; 4. Aprovação da minuta da Ata da 4ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 26/02/2025, em Jaguariúna/SP; 5. Grupo de Acompanhamento dos Editais da Política de Mananciais - Projetos dos Municípios em andamento; 6. UCE prospecção Modelo de TR e experiências recentes (Agência PCJ, TNC e Maluna Ambiental); 7. Atualização do andamento das atividades do GT-Conservação do Solo e GT-Revisão da Política de Mananciais, e Fauna; 8. Outros assuntos; 9. Encerramento. **3. Apresentação dos estudos e serviços executados da represa do Pirai – Salto (CONIRPI):** A Sra. Vanessa Kuhl, representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Indaiatuba apresentou a estrutura da barragem do Ribeirão Pirai, a importância regional e o objetivo de garantir a regularização da vazão do manancial, afluente do rio Jundiá, pertencente às Bacias PCJ e Sorocaba/Médio Tietê. Informou que o empreendimento foi incluído no Plano de Bacias PCJ, e desde 2011 a Barragem do Pirai já constava como prioridade de manancial para o abastecimento público da região. Mencionou que vem sendo trabalhado desde

2009, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), estudos de viabilidade que definiram o local da barragem na divisa entre Salto e Itu. Após a conclusão do estudo, foi protocolado junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) / Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e identificados os recursos necessários para o início do projeto básico. O projeto foi definido de forma detalhada, incluindo os valores do empreendimento, os problemas e as áreas a serem desapropriadas. Os recursos da barragem foram pagos com recursos financeiros do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que estão em andamento. Esses recursos contemplaram o financiamento do projeto, das desapropriações e da obra, sendo também usados na definição da represa com 9,7 bilhões de litros, largura média de 3,5 km, crista de 400 m, 100 m de Área de Preservação Permanente (APP), vertedouro labirinto de concreto, canal de desvio com escada de peixes, captação para abastecimento de Indaiatuba, Cabreúva, Salto e Itu, com uma estrutura de prédio da sede do Consórcio, e adutora para Salto e dique de proteção da Fazenda Pirai. Informou que a execução foi dividida em duas etapas devido à limitação de recursos. Destacou que a primeira etapa teve início em 2023, com adaptações técnicas que garantem a elevação do maciço e segurança operacional. Ressaltou dificuldades nas desapropriações, com a maioria judicializada. Destacou que a construção da Barragem do Pirai teve sua primeira etapa iniciada na área do maciço. Informou que a APP abrange 100 m até o espelho d'água, e a sede do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI) será implantada a montante. A captação de Salto e Indaiatuba fica em torno de 500 a 900 metros da foz do Rio Pirai, que deságua no Rio Jundiá. As desapropriações foram finalizadas em 2021, permitindo a obtenção da Licença de Instalação (LI) e o início das obras. Explicou que como os recursos eram insuficientes, o projeto foi dividido em duas etapas, com base em estudo técnico. Os estudos hidrológicos consideraram uma recorrência de 10.000 anos. O vertedouro de concreto possui quatro adufas para permitir o enchimento seguro. A obra começou no fim de 2023, com adaptações para elevar o maciço à altura final. O licenciamento ambiental enfrentou entraves por exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quanto à supressão de vegetação em estágio médio, resolvidos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

com apoio técnico e político. Informou que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) exigiu a recuperação de 100 hectares, que será feita em parceria com o Instituto de Zootecnia. Comentou que com a anuência do IBAMA e autorização ambiental em andamento, o cronograma deve avançar. Ressaltou que o CONIRPI solicitou recursos financeiros do PAC para a segunda etapa. A Sra. Vanessa assegurou que a recuperação do entorno é parte da licença ambiental e que a legislação municipal e a localização em APAs proíbem tais atividades, exigindo ainda tratamento de esgoto de empreendimentos próximos. Na sequência, o Sr. Rinaldo Calheiros, representante da Fundação de Apoio a Pesquisa Agrícola (FUNDAG) destacou a necessidade de estudos complementares, especialmente quanto ao assoreamento a jusante das barragens, apontando impactos na qualidade da água e ecossistemas. Sugeriu que todo novo projeto de barragem inclua avaliação de recuperação físico-hídrica da área de recarga, inclusive como alternativa à construção de novos reservatórios. O Sr. André Luis Sotero Salustiano Martim, representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) mencionou a seriedade técnica do CONIRPI e relatou dificuldades de financiamento para pesquisas aplicadas na bacia do Piraí, consideradas pouco inovadoras por agências, e reforçou a importância de conectar os estudos ao território com foco em resultados aplicáveis à gestão hídrica, e sugeriu articulação conjunta para buscar apoio institucional. Na sequência, o Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos do Vale do Tietê Consórcio Piraí e do (INEVAT) e do Consórcio Piraí reforçou a importância da capacidade de armazenamento dos reservatórios, tendo em vista as grandes chuvas e enchentes que causam prejuízos nas cidades. Após as discussões, o Sr. João Demarchi destacou que o objetivo da palestra foi apresentar a importância do reservatório, os impactos e como a CT pode contribuir por meio da Política de Mananciais. **4. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **4.1. da Coordenação:** não houve informes; **4.1.1. Plano de Trabalho da CT-Mananciais:** A pedido do Secretário-Executivo, Sr. Denis Herisson da Silva, foi reservado um espaço na pauta de informes das coordenações das CTs, para repasses aos membros sobre o andamento das ações previstas no Plano de Trabalho ([Deliberação dos](#)

[Comitês PCJ nº 471/24, de 05/04/2024](#)). Nesse sentido, o Sr. João Demarchi fez a devolutiva aos membros sobre o andamento das atividades previstas. Os Planos de Trabalho (PTs) das Câmaras Técnicas são compostos por três categorias: i. Categoria A (Demandas da Secretaria Executiva); ii. Categoria B (Temas para discussão) e; iii. Categoria C (Eventos). Nesse sentido, o Sr. João Demarchi trouxe aos membros os status das temáticas que constituem a Categoria B: **i. Relatório Anual da Política de Mananciais PCJ:** em andamento, com previsão de conclusão da primeira versão em 2025; **ii. Livro comemorativo – 10 anos da Política de Mananciais PCJ:** em andamento; **iii. Áreas Prioritárias de Recarga dos Aquíferos:** em andamento, com boa parte dos objetivos alcançados; **iv. Avaliação de Benefícios das Soluções Baseadas na Natureza (SbN):** concluída para os planos de macrodrenagem. Atualmente está direcionada aos reservatórios, com foco na qualidade e quantidade da água e redução de sedimentos; **v. Novas fontes de financiamento:** em andamento, com expectativa de parceria com a Fundação Boticário para apoiar ações com SbN, especialmente no sistema Cantareira; **vi. Métodos de Restauração Florestal:** em revisão, com necessidade de adequação às especificidades locais, principalmente em áreas degradadas; **vii. Práticas de Manejo Conservacionista de Solos e/ou produtivas:** em andamento, com destaque para a criação do Grupo de Trabalho (GT) de Conservação do Solo e ações em Camanducaia; **viii. Áreas protegidas PCJ:** em andamento, com retomada prevista da cartilha, acompanhado pela Coordenação de Gestão da Agência PCJ voltada à educação ambiental; **ix. Formação de gestores e atores sociais nas áreas protegidas:** em andamento, com articulação institucional por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), fortalecendo políticas temáticas; **x. Capacitação de atores das áreas protegidas:** em andamento, vinculada ao item viii, com previsão de retomada no próximo biênio, focando nas APAs que abrangem mais de 50% do território. Mais informações sobre o andamento das ações apresentadas serão trazidas aos membros, em reuniões futuras; **4.2. dos membros:** não houve informes; **4.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Exclusão de membros:** informou que conforme o Regimento Geral

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Diante disso, foi encaminhado um ofício comunicando a exclusão da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e Prefeitura Municipal de Louveira (P.M de Louveira). Explicou que caso seja de interesse das entidades retornarem como membro, a partir de maio/2025 inicia-se o convite às entidades para participação no processo de Renovação da Câmaras Técnicas para o mandato 2025-2027, com início do novo mandato previsto para julho/2025; **b) Alteração de representantes:** informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alterações de representantes das seguintes entidades: i. DAAE Rio Claro: inclusão da Sra. Erika Daiane Martins Fossalusa como representante titular em substituição do Sr. Ricardo Magre; e o Sr. João Batista de Souza e a Sra. Gabriela Marino Silva como representantes suplentes; ii. EMBRAPA: inclusão do Sr. Pedro Gerhard como representante suplente; iii. Prefeitura de Charqueada (P.M de Charqueada): inclusão do Sr. Luis Alberto Basso para representante titular em substituição da Sra. Paola Mandetta Tokumoto, e o Sr. Marcelo Eric de Almeida Santos para representante suplente; iv. Prefeitura de Vinhedo (P.M de Vinhedo): inclusão da Sra. Cristina Aparecida para representante suplente. Como essas alterações são de entidades já participantes, a Sra. Tainá destacou que o informe é apenas para ciência sem necessidade de aprovação dos membros da CT; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São

Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Renovação da Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2025-2027:** a Sra. Tainá informou que durante a 33ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, realizada no dia 28/03/2025 em Piracicaba/SP, foi reeleita e empossada a Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2025-2027, sendo composta por: **i.** como Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Helinho Zanatta, prefeito de Piracicaba/SP; **ii.** como Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); **iii.** como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA); **iv.** como Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ: o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL); **v.** como 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); **vi.** como 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, representante do Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; **e) Renovação das Câmaras Técnicas para o mandato 2025-2027:** A Sra. Tainá informou que com a renovação da Diretoria, o próximo passo é a renovação das CTs que acontecem sempre no mês de julho dos anos ímpares. A renovação das Câmaras Técnicas (CTs), que acontece a cada dois anos, será realizada entre maio e julho de 2025. Informou que a programação para esse processo consiste nos seguintes passos: **i.** em maio, a Secretaria Executiva enviará um ofício com instruções e, até junho, as entidades poderão indicar ou atualizar seus representantes. **ii.** a reunião de posse e eleição das coordenações está prevista para 16 de julho, de forma

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

online onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GT) e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. Entidades que não enviarem ofício, e-mail ou não participarem da reunião serão consideradas fora do novo mandato, sendo necessário um novo processo para reintegração. A Sra. Tainá informou que todas as informações serão disponibilizadas no site dos Comitês PCJ ([link](#)); **f) Próximos eventos:** A Sra. Tainá convidou a todos para participar do 9º Prêmio Ação Pela Água! organizado pelo Consorcio PCJ. O evento está previsto para acontecer em 28/11/2025, com o local a definir. Para participar, é necessário realizar a inscrição pelo link; **g) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre a próxima reunião no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes da 59ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) no dia 15/05/2025, às 09h30, no Museu da Água de Indaiatuba/SP. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **h) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais para o 1º semestre de 2025, destacando que a próxima reunião ocorrerá no dia 25/06/2025, às 09h00, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ; **5. Aprovação da minuta da Ata da 4ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 26/02/2025, em Jaguariúna/SP:** Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta da ata da 4ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais realizada em 26/02/25, em Jaguariúna/SP. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos, abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta. Nesse sentido, o Sr. Miguel Milinski, representante da representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) e o Sr. Pedro Gerhard, representante da EMBRAPA solicitaram algumas correções de redação. Após as adequações, o Sr. João Demarchi colocou em votação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. **6. Grupo de Acompanhamento dos Editais da Política de**

Mananciais - Projetos dos Municípios em andamento; O Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental da Agência PCJ informou que o período de complementação de documentos, referente ao edital, havia se encerrado e dos cinco municípios originalmente inscritos, quatro entregaram a documentação complementar dentro do prazo: Cordeirópolis, Corumbataí, Piracaia e Joanópolis. O único município que não realizou a complementação foi Jaguariúna. Destacou que existe a possibilidade de que Jaguariúna desista do pleito devido a intercorrências internas no município. Explicou que a partir daquele momento, iniciava-se a segunda etapa do processo, que consiste na análise técnica dos documentos entregues. Essa análise será essencial para indicar os empreendimentos selecionados, respeitando os prazos estabelecidos no edital. Esclareceu que mais informações e detalhes seriam obtidos conforme o andamento da análise, e que o processo está dentro dos prazos previstos. Na sequência, o Sr. João Demarchi expressou preocupação com os trâmites burocráticos e com a necessidade de validar essas informações no âmbito da Câmara Técnica. No entanto, como haverá um período destinado à análise e ajustes da documentação, sugeriu que a apresentação dos projetos fique como um dos itens pautados para a próxima reunião. **7. UCE prospecção Modelo de TR e experiências recentes (Agência PCJ, TNC e Maluna Ambiental);** O Sr. João Demarchi convidou a Sra. Rafaela Giusti, representante da Maluna Soluções Ambientais para apresentar a experiência no contrato de prospecção de novas adesões ao Programa de PSA em Piracicaba e Rio Claro. O contrato foi firmado em maio de 2024 e começou em novembro, com o objetivo de mobilizar proprietários rurais nas microbacias dos rios Marins e Congonhal, buscando 50 anuências formais. Destacou que os trabalhos começaram com o mapeamento de mais de 800 propriedades a partir do CAR, priorizando 485 no Marins e 385 no Congonhal. Foram definidos seis produtos no projeto, sendo: i. diagnóstico ambiental aprofundado; ii. elaboração do plano de trabalho; iii. visitas técnicas; iv. mobilização e reuniões com os proprietários; v. a coleta das anuências; vi. relatório técnico final com a hierarquização das propriedades. Ressaltou que o trabalho tem sido mais abrangente que o previsto e conta com apoio técnico municipal. O plano também inclui eventos nas comunidades rurais, como o "Café, Viola, Prosa e PSA",



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

para reunir entre 30 e 50 proprietários por microbacia em encontros descontraídos, contando com o apoio da prefeitura e da UGP. Em seguida, o Sr. Henrique Bracale, representante da The Nature Conservancy (TNC) mencionou que a TNC contratou a Unidade Coordenadora de Execução (UCE) desde 2009 para atuar no programa Produtor de Água no PCJ, inicialmente em Joanópolis e Nazaré. No começo, a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês era responsável por vistoriar as áreas para aprovar o parcelamento do PSA, mas com o aumento das adesões, a logística para realizar as vistorias tornou-se difícil para os voluntários. Informou que a ideia de contratar a empresa Terra Roxa surgiu para ajudar nas vistorias do Programa Produtor de Água, já que a logística estava complicada para os voluntários. Explicou que UCE do programa em Joanópolis foi estabelecida por meio de um contrato com a Água Florestal Mantiqueira, tendo como funções principais estruturar um banco de áreas para projetos de adequação ambiental e acompanhar a execução das ações nas propriedades participantes. Informou que a atuação ocorre em todo o território de Joanópolis, e não apenas em uma microbacia. Explicou que a primeira etapa envolve visitas técnicas para mobilização de produtores, validação cartográfica e coleta de dados geográficos sobre áreas de restauração, cercas, barraginhas, saneamento rural, estradas e boas práticas agrícolas; e a segunda etapa é o acompanhamento das ações já em execução nas propriedades, com registro de informações técnicas e fotográficas. Essas atividades geram dois produtos principais: o Relatório Descritivo de Atividades (RDA), que detalha as ações realizadas e suas localizações, e o Relatório do Banco de Áreas (RBA) com informações espaciais organizadas para o portal da Mantiqueira. Explicou que os proprietários precisam assinar um termo de anuência, autorizando o trabalho da UCE, e um termo relacionado à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As entregas ocorrem a cada 60 dias, com pagamento proporcional ao número de propriedades incluídas nos relatórios, segundo valores unitários previamente definidos. Ressaltou que a TNC não pretende financiar esse serviço a longo prazo, o objetivo é que a prefeitura assuma essa responsabilidade com o tempo. O portal da Mantiqueira, que centraliza todas as informações, substitui os Projetos Integrais de Propriedade (PIP), tornando o processo mais simples,

barato e eficiente. Atualmente, o sistema conta com 69 produtores cadastrados, com todas as informações acessíveis online. O Sr. Felipe Requena informou que tem acompanhado o trabalho da Maluna, destacando a importância da colaboração dos municípios na construção de contratos eficazes. Comentou que os projetos-piloto estão em execução e que, ao final da etapa de visitas, os feedbacks serão importantes para avaliação interna. Reforçou que os contratos com as UCEs são fundamentais para agilizar a Política de Mananciais PCJ, especialmente diante da dificuldade de obtenção de anuências municipais. Após as discussões, o Sr. João Demarchi agradeceu as contribuições e seguiu para o próximo item de pauta. **8. Atualização do andamento das atividades do GT-Conservação do Solo e GT-Revisão da Política de Mananciais, e Fauna;** O Sr. Miguel relatou que está estudando o Manual Técnico sobre conservação de solo e água da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), destacando o desafio de escolher ações que possam ser medidas e monitoradas para viabilizar o financiamento. Mencionou a dificuldade em implementar projetos anteriores de soluções baseadas na natureza na macrodrenagem, sugerindo buscar novas alternativas. Destacou que o grupo busque alternativas para avançar com essas iniciativas, expressando o desejo de realizar testes práticos, pesquisas e modelagens. Complementando, o Sr. João Demarchi comentou que o foco é avançar com uma visão mais estruturada, especialmente no âmbito do Programa III da Política de Mananciais. Enfatizou a abordagem por sub-bacias, com metodologias que integrem soluções baseadas na natureza e o espaço rural, sugerindo que essa diretriz seja incorporada na atualização da política, como orientação estratégica e não apenas como projeto pontual. Informou que o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Mananciais (GT-Política) se reuniu e a Agência das Bacias PCJ ficou encarregada de propor uma nova redação de revisão da política, considerando mudanças administrativas e técnicas recentes. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Cooperativas de Holambra comentou a importância de retomar os trabalhos e se dispôs a participar do GT. Ressaltou que a conservação do solo já é bem compreendida tecnicamente e que existem experiências em curso, mas que a principal barreira é burocrática, pois os resultados levam tempo para serem comprovados. Defendeu iniciar ações práticas com as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 5ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 23/04/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

técnicas já conhecidas e com apoio dos técnicos disponíveis, destacando que as soluções baseadas na natureza são mais econômicas e viáveis que obras tradicionais, dependendo apenas de organização e mobilização. **9. Outros assuntos:** O Sr. João questionou os membros sobre outros assuntos. Em seguida, o Sr. Henrique Bracale mencionou que desde 2015 vêm sendo coletados mais de 12.000 mil dados de monitoramento hidrológico em duas microbacias de Jaguariúna e sugeriu apresentar esse trabalho detalhadamente numa próxima reunião para compartilhar os resultados. O Sr. João mencionou que o tema é de interesse geral e reforçou a importância do micro monitoramento de pequenas bacias para ampliar o conhecimento da gestão hídrica. Comentou que se as informações estiverem prontas, a equipe de pesquisa poderá preparar uma apresentação para a próxima reunião, estendendo o convite e participação da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ. Informou que apesar dos desafios, o micro monitoramento gera informações importantes sobre infiltração, fluxo e regularidade da água, cujos resultados aparecem a médio e longo prazo, ajudando a validar as intervenções feitas. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais